



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**MONIK ALVES FONSECA**

**ESTUDANTES DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E A UNIVERSIDADE:  
EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DE ACESSO**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**MONIK ALVES FONSECA**

**ESTUDANTES DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E A UNIVERSIDADE:  
EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DE ACESSO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito avaliativo do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Dias Laranjeira

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**MONIK ALVES FONSECA**

**ESTUDANTES DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E A UNIVERSIDADE:  
EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DE ACESSO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito avaliativo do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Dias Laranjeira

Aprovada em 26/03/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Dias Laranjeira (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Craice da Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>12</b>
3.1	OBJETIVO GERAL .....	12
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
<b>4</b>	<b>REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> .....	<b>13</b>
<b>5</b>	<b>CRONOGRAMA</b> .....	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Enquanto estudante do último ano do ensino médio do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe percebi a existência de dificuldade no acesso dos/das estudantes às universidades públicas. No sentido de compreender este problema, elaborei o presente projeto de pesquisa que parte de inquietações da minha experiência de vida, especialmente quanto à escolarização. Neste estudo, pretendo analisar o acesso dos jovens de Conceição do Jacuípe à universidade pública, com atenção às possibilidades e aos entraves existentes nesse percurso iniciado nos últimos anos do ensino médio no Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe.

De acordo com Censo Demográfico 2010, Conceição do Jacuípe possuía 30.123 habitantes. Em relação à situação do domicílio, 23.539 habitantes residiam em áreas urbanas e 6.584 habitantes residiam em domicílios rurais, perfazendo um grau de urbanização de 78,1%. Para o ano de 2016, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o município de Conceição do Jacuípe conta com uma população de 33.624 habitantes, apresentando um acréscimo de 11,6% em comparação ao ano de 2010.

Em relação ao nível educacional, Conceição do Jacuípe tinha no ano de 2016, 71 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 38 estabelecimentos de ensino fundamental e 3 estabelecimentos de ensino médio. As matrículas efetuadas no ano de 2014 para estes níveis escolares foram, respectivamente: 3.186, 5.308 e 1.514 alunos no ensino médio.

Vale ressaltar que das três escolas de ensino médio, somente a escola escolhida para a pesquisa é pública. Portanto, ela integra a rede de ensino mais acessível a todas as classes, sendo, na maioria das vezes, a única opção de desenvolvimento educacional formal para os jovens de baixa renda. Para os estudantes das escolas públicas e particulares, a principal possibilidade de acesso à universidade pública é via o Exame Nacional do Ensino Médio, mais conhecido como ENEM.

De acordo com o Ministério da Educação (2015), o ENEM é considerado como a segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo, e é um dos principais meios que possibilita os estudantes da rede pública a conseguirem uma vaga na universidade federal e em algumas estaduais públicas. Quando fui prestar o exame senti dificuldade em responder às questões propostas. Daí surgiu o questionamento de como seria possível ser aprovada sem sequer ter aprendido sobre os assuntos nas escolas públicas que estudei, nem ter o preparo adequado no ensino médio. Na tentativa de correr contra o tempo e aprender tudo o que não foi abordado durante as aulas no colégio e tornar possível o meu acesso à universidade pública, tive que trabalhar durante o dia como babá em Salvador e pagar um cursinho à distância. O

cursinho foi realizado no ambiente de trabalho, no período noturno, nas poucas horas em que não estava trabalhando. Apesar desse esforço fora do âmbito escolar, o ensino público e de qualidade deveria ser oferecido pelo Estado, como consta na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996<sup>1</sup>.

A partir disso, e inserida na Unilab, senti a necessidade de compreender as trajetórias dos jovens normalmente marcadas pelo afastamento da universidade pública. Assim, notei que muitos ex-colegas do terceiro ano seguiram para o mercado de trabalho, para o curso técnico, e outros para instituições de ensino superior privada e poucos para a universidade pública. A maioria dos jovens que seguiram para cursos técnicos ou para o mercado de trabalho tinham urgências econômicas, pois muitos deles eram filhos de trabalhadores assalariados e/ou lavradores. Aqueles que seguiram para a universidade privada possuíam condições econômicas razoáveis para manter os custos dos estudos por serem filhos de donos de pequenas lojas na cidade. Outros tinham que trabalhar durante o dia para manter seus estudos e/ou conseguir bolsas de estudos financiados pelo governo federal, como o Fies<sup>2</sup> e o ProUni<sup>3</sup>.

Enquanto estudante da Unilab, notei que vários colegas foram para universidades particulares ou cursos técnicos por haver uma maior facilidade em relação ao seu acesso. Muitas vezes, os cursos técnicos são escolhidos por conta do pouco tempo de duração, inserção mais rápida no mercado de trabalho, além da relativa facilidade de acesso. Nas universidades privadas, esses estudantes egressos do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe costumam entrar por meio dos programas sociais, mas destaco que os cursos frequentados por esses alunos não são os de grande prestígio, como medicina e direito, por exemplo.

A partir das constatações mencionadas, senti a necessidade de problematizar a quantidade de jovens da minha turma de terceiro ano do ensino médio na escola Estadual de Conceição do Jacuípe (único colégio público do município que oferta o ensino médio) que ingressou na universidade pública. Essas inquietações resultaram no presente projeto.

---

<sup>1</sup> Cito dois Artigos desta Lei (1996): “Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

<sup>2</sup> Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior, criado em 1999 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado pelos governos de Luis Inácio da Silva.

<sup>3</sup> Programa Universidade para Todos, implementado em 2004 pelo governo de Luis Inácio da Silva.

Ainda em fase de elaboração do projeto, no sentido de definir melhor o meu problema de pesquisa, realizei uma entrevista com uma jovem estudante de Conceição do Jacuípe que se formou no ensino médio no ano de 2011 e que só em 2019 conseguiu uma vaga na universidade pública. Ela relatou que as duas maiores dificuldades que encontrou foram relacionadas à jornada de trabalho e estudo, pois além de estudar, tinha que trabalhar para ajudar a mãe nas despesas da casa. Em razão da qualidade do ensino básico cursado, não havia como responder aos assuntos cobrados no ENEM, o que dificultava atingir a nota de corte necessária. A entrevista confirmou algo já constatado enquanto estudante do ensino médio em Conceição do Jacuípe: a disputa com os alunos que estudaram nas escolas particulares era injusta. A entrevistada relatou que só conseguiu a vaga por ter usado as Cotas, pois se encaixava no quesito racial pardo/a.

Além de buscar entender como se dá o acesso dos jovens de Conceição do Jacuípe, cidade de zona rural, onde estudei em todas as fases de ensino básico, até a universidade pública, pretendo analisar como esse acesso se caracteriza e quais são as dificuldades existentes que barram esses alunos para o ingresso no ensino superior.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A educação mundial é rigorosamente investigada para que seja apontada soluções para possíveis erros no ensino básico. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE é um desses avaliadores. De acordo com a organização (2015), o Brasil “entre 2009 e 2013, a parcela da população com idade entre 25 e 64 anos que concluiu o ensino superior aumentou 3 pontos percentuais, alcançando 14%. Esse nível de conclusão do ensino superior está bem abaixo da média da OCDE de 34%” (OCDE, 2015).

O descaso com a educação básica pública afeta principalmente os negros economicamente desfavorecidos como aponta a pesquisadora em educação, Delcele M. Queiroz (2014, p. 74). Segundo ela, “o trajeto dos estudantes brasileiros pelo sistema público de ensino está marcado por uma trágica repetição de histórias de insucesso. Mas o fracasso da escola atinge sobretudo os estudantes negros. É sobre eles que recai o peso dos grandes números da exclusão”.

Para tentar entender o que causa esse descaso histórico na maior parte das escolas do ensino básico público brasileiro e por que podemos afirmar que os negros são os mais atingidos,

é importante voltar para a época da escravidão, quando se traficavam negros do continente africano e os escravizavam aqui no Brasil.

Quando ocorreu a abolição da escravidão no ano de 1888, através da Lei Áurea criada pela Princesa Izabel, esses escravizados, que agora eram “livres”, não tinham meios de se inserir na sociedade. A exclusão social desses homens e mulheres libertos é explicada pela pedagoga Andréia Aparecida Bento *et al* (2016):

Embora os negros estivessem livres, não tiveram condições de integração social, econômica e educacional, pois, os negros que moravam no campo vieram para as cidades, já que não possuíam terras, e essa situação gerou exclusão e muitos ficaram à margem da sociedade. Sem educação, sem abrigo, sem terra e sem condições materiais para sobrevivência, acabou surgindo a marginalização (2016, p. 66).

Entendemos que os negros, sem direito à educação, à terra, entre outros meios necessários para a mobilidade social e para a manutenção da vida, são vítimas da discriminação social, mas também do racismo. Importante lembrar que na virada do século XX estavam em voga as teorias raciais e o pensamento eugenista que sustentavam o racismo no Brasil (e em outras partes do mundo) sob o viés de uma pseudo ciência. Aos negros, então, eram destinados, no máximo, uma educação formal voltada para a produção de uma mão de obra, agora assalariada.

Pereira *et al* (2012), citando a pesquisadora Maria Lúcia S. Hilsdorf (2005), afirma:

lembra-nos que apesar da escola pública ter como projeto a educação da grande massa não se tratava de fornecer todo o ensino a toda sociedade, já que esta escola era oferecida nos moldes das elites cafeicultoras da época que visavam normatizar simplesmente os movimentos populares que reivindicavam instrução pública (Hilsdorf, 2005 apud Pereira et al, 2012, s/p).

Assim como o ensino básico era comandado pela elite, o ensino superior também era pensado para a elite, como enfatiza as pesquisadoras Carmem Pimentel e Anamaria Freitas (2012):

Para o povo, havia uma certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes poucos alunos se dirigir às escolas normais e técnico-profissionais, mantidas em sua quase totalidade pelo poder público e, portanto, gratuitas. Com estas escolas, por dizê-lo, populares, o Estado reconciliava à sua consciência democrática ferida pela gratuidade do ensino superior destinado quase que exclusivamente à elite (2012, p. 933).

Sabendo que a escolarização de antemão não foi pensada para os negros e conhecendo o descaso com a educação básica pública, os movimentos negros se engajaram na luta para que

ocupassem seu lugar na educação superior. Segundo Andréia Aparecida Bento (et al., 2016, p. 65), a Lei de Cotas, sancionada em 2012, surgiu em razão da desigualdade existente entre as pessoas negras menos favorecidas e o/as não negro/as das classes populares. Assim, as cotas têm como objetivo central “promover justiça e igualdade” para os negros que foram ao longo do tempo sofrendo exclusão social.

A dita exclusão social dos negros é herança da escravidão:

Mesmo tendo passado mais de um século da abolição da escravatura, poucas mudanças tiveram em relação ao negro na sociedade. Combater o racismo, eliminar o preconceito e a desigualdade racial é um grande desafio social e cultural, porém, é necessário considerar que, além da conscientização, a educação é o principal meio de esclarecimento a sociedade brasileira. (BENTO, et al., 2016, p.67)

A Lei de Cotas, segundo o Ministério da Educação (2012), funciona da seguinte maneira:

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Assim, as vagas reservadas, de acordo com a Lei de Cotas, seguem a seguinte divisão:

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

As Cotas, segundo Rosana Heringer e Renato Ferreira (2009), promovem uma dita inclusão para todos aqueles que passaram por um longo período histórico de exclusão, e dessa forma ajuda que os estudantes negros cheguem à universidade. Além disso, também foram criados os cursinhos populares para ajudar os jovens a entrarem na universidade. De acordo com a pesquisadora especialista em escolarização nas camadas populares, Nadir Zago (2008, p. 151), “os cursinhos foram criados no Brasil na segunda metade dos anos 80, tornando-se mais intenso na década de 90. Porém esses cursinhos continuaram mantendo as desigualdades no acesso ao nível superior”.

No estado da Bahia temos o Projeto Universidade para Todos<sup>4</sup> que oferta para estudantes de escola pública aulas básicas das disciplinas obrigatórias do ensino médio, com a finalidade de prepara-los para o ensino superior. Esse projeto tem parceria com as universidades estaduais com a Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS e a Universidade do Estado da Bahia-UNEB<sup>5</sup>. Vale destacar que a UEFS, que implementou o sistema de cotas em 2006, é a universidade pública mais próxima de Conceição do Jacuípe, localizada a uma distância aproximada de 34 km. No entanto, a maior parte dos estudantes do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe desconhece esse projeto. Entretanto, para os jovens do município chegarem até a UEFS é um desafio, haja vista a necessidade de se pegar dois veículos (caso não possua veículo próprio) e os altos valores das passagens.

Vejamos que o percurso escolar já é um desafio para muitos jovens. Permanecer na escola não é uma alternativa viável para todos/as, principalmente para aqueles/as que precisam trabalhar para ter seu sustento. Esse pode ser um dos agravantes no número de jovens que abandonam o ensino médio. De acordo com Denise Helena Pereira Laranjeira *et al* (2016, p. 131):

Constata-se o crescente abandono da escola, sobretudo, quando os estudantes ingressam no ensino médio. De 3,3 milhões dos jovens ingressantes no ensino médio no ano de 2008, apenas 1,8 milhões concluíram esta modalidade no ano de 2010 (Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2012). Os grupos etários majoritariamente atingidos são constituídos por adolescentes e jovens, além de maioria negra. Este quadro concentra-se entre alunos pobres, que sofrem mais, no contexto laboral, com as exigências de experiência anterior e maior qualificação não apenas técnica, mas básica (letramento e cálculo).

Por outro lado, é importante frisar sobre a iniquidade que a instituição de ensino educacional público promove, levando em consideração a discussão supracitada sobre a escola ser elitizada.

As escolas públicas são dualistas, pois nos bairros de classe média o ensino tende a ser melhor se comparado ao das escolas públicas situadas em bairros periféricos onde moram as classes desfavorecidas. No entanto, como mostra a literatura pesquisada, essas escolas públicas que estão nos bairros de classe média nem sempre conseguem se sobressair sobre algumas das escolas privadas de melhor qualidade. Sob esse mesmo ponto de vista, André Haguette *et al* (2015, p. 629) afirmam:

---

<sup>4</sup> Criado pelo governo do estado da Bahia em 2004.

<sup>5</sup> A primeira universidade pública do estado da Bahia a adotar o sistema de cotas, no ano de 2002, e a segunda do país.

observa-se que a mesma rede escolar está marcada por um profundo dualismo, uma intensa estratificação, uma falta de equidade e dois tipos ou modelos de escola incompatíveis entre si. Esse dualismo se, por um lado, desmente a crença de senso comum e amplamente difundida de que todas as escolas públicas são de má qualidade, por outro, levanta sérios questionamentos sobre a qualidade de escolas públicas. A verdade é que as médias no Enem das melhores escolas públicas ainda são inferiores às médias das melhores escolas privadas frequentadas por filhos de famílias das classes assim chamadas de A e B. [...]. Essa característica não é propriamente brasileira. Pesquisas internacionais concluem que alunos de famílias socioeconomicamente privilegiadas aprendem melhor; somente uma parte dos alunos de famílias desfavorecidas consegue ter sucesso (6%), conforme já destacado. A qualidade da escola pública, mesmo em países ricos, varia segundo a renda das famílias de bairros de uma mesma cidade.

Isso comprova a desigualdade de oportunidades que existe entre os dois setores de educação: público e privado. Pois a partir do momento em que uns têm oportunidades e privilégios acima do outro manifesta a iniquidade.

Esses fatores se agravam nos locais onde a população é mais carente financeiramente, como, por exemplo, nas zonas rurais do Brasil, como descreve as pesquisadoras Amilka D. D. Melo e Débora Amélia N. de Lira (2010, p. 9):

A educação nas zonas rurais tem se caracterizado, ao longo do tempo, como um espaço de precariedade e de descasos, em virtude da ausência de políticas públicas voltadas à população residente nesse meio. Essa vulnerabilidade histórica em que os povos do campo vêm sendo submetidos dá margem a um processo de exclusão social, não somente pela ineficiência do acesso à educação, mas também, pela ausência de assistência adequada à saúde, a condições de trabalho, produção de renda, linhas de crédito, assessoria jurídica entre outros tipos; negação de direitos, que precisa ser combatida de forma sistêmica pela sociedade que deve exigir das instituições responsáveis a garantia desses direitos ao homem do campo.

Conceição do Jacuípe, por ser um pequeno município com população rural e ter sua população majoritariamente composta por negros/as, sofre o mesmo processo de exclusão social e falta de investimentos educacionais. Nessa mesma perspectiva, as autoras supracitadas (2010, p. 08) afirmam que “apesar de ser o Brasil um país de origem agrária, a educação para o meio rural vem sendo tratada sem a devida atenção, relegada aos planos inferiores e, considerada, menos importante do que a educação oferecida nos centros urbanos”. Segundo Nadir Zago (2016, p. 64), citada anteriormente, são poucas as informações sobre jovens da zona rural que tem contato com o ensino superior, e perspectiva profissional, pois os estudos sempre são voltados aos jovens das zonas urbanas.

Com a realização da pesquisa proposta, almejamos que os resultados sejam de relevância social e educacional, principalmente para os jovens de Conceição do Jacuípe. Esperamos que essa pesquisa desperte os órgãos públicos, gestores/as da educação, os/as

professores/as, os/as próprios/as jovens e a sociedade em geral, para o problema do acesso dos jovens da rede estadual e municipal nas universidades públicas. Pensando no contexto de Conceição do Jacuípe, os resultados da pesquisa poderão contribuir para a visibilidade e discussão do problema e promover uma participação mais ativa dos jovens e profissionais da educação. O ingresso de um maior número de jovens do município nas universidades poderá trazer um retorno social e econômico para a cidade, pensando na possibilidade de formação e propagação de um pensamento crítico por parte daqueles que retornarão e também a criação de novas possibilidades de trabalho e de renda.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

- Compreender o acesso dos alunos do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe às universidades públicas.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Observar os desafios do acesso dos jovens do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe na universidade pública;
- Identificar quais as dificuldades no acesso dos jovens do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe na universidade pública, segundo as categorias de classe, idade, raça e gênero;
- Observar quais as iniciativas dos jovens, alunos do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe, para o ingresso na universidade pública, assim como as iniciativas do próprio colégio e poder público para favorecer o ingresso no ensino superior;
- Conferir se existe o conhecimento dos alunos, do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe, sobre as políticas de ações afirmativas para o ingresso na universidade pública.

#### 4 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Por certo o ensino superior está cada vez mais acessível se comparado aos anos anteriores. Para o especialista em educação e juventude, Alain Coulon (2017), no século XXI, o acesso dos jovens no ensino superior foi mote para criação de políticas públicas no Brasil. Uma dessas políticas foi a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais de 2008, no governo Lula. Este programa, além de outros citados, garantiram: 1. As cotas para estudantes de ensino médio público e para grupos étnico-raciais específicos; 2. A ampliação do ingresso via ENEM, que passou a ser adotado por mais universidades; 3. A expansão de vagas por meio do Sistema de Seleção Unificada-SISU; 4. A criação de novas universidades e novos campi; 5. Além das vagas existentes por meio do FIES e do PROUNI, programas criados em 1999 e 2004, mencionados anteriormente. Essas ações governamentais contribuíram para o aumento do número de jovens nas universidades e para a democratização do ensino superior.

Os jovens quando estão no ensino médio, normalmente, começam a pensar sobre o seu futuro. O sociólogo José Machado Pais (2009, p. 374), especialista em juventude, diz que os jovens vivem neste momento uma “situação de impasse” com a sociedade e a família, cobrando dos mesmos uma resposta sobre seus futuros. Desde crianças somos questionados com “O que você quer ser quando crescer?” ou “Estude para ser um médico/a”, por exemplo. Mas, comumente, as questões e cobranças são colocadas sem se importar com o que o jovem deseja e desrespeitando a sua individualidade. Pais (2005) afirma que trabalhar a questão da cidadania individual deve ser, além de tudo, algo de extrema importância para mostrar a diferença na individualidade de cada jovem.

A especialista em juventude e meio rural, Vanda Silva (2002), por sua vez, defende que a juventude é marcada por incertezas e desafios, como gravidez precoce, mercado de trabalho, desemprego, família, vestibular, drogas, doenças e suicídio. De acordo com Vanda Silva (2002), todos esses fatores são estudados pensando na realidade dos jovens da zona urbana, enquanto os jovens da zona rural passam completamente despercebidos. Pouco estudados ou referidos “na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no seio da unidade familiar”, os jovens da zona rural costumam ser enxergados pelas pesquisas unicamente sob a ótica do trabalho.

Obviamente, as realidades dos jovens que residem em áreas urbanas se diferem da realidade dos jovens das zonas rurais. Segundo Vanda Silva (2002), para os jovens da zona rural realizarem seus estudos, muitas vezes, significa se distanciar da família, e isso quase

sempre implica na desistência. Dentre os diversos fatores, a autora destaca a saudade dos familiares que acaba motivando o retorno dos jovens para a localidade de origem. Em outros casos, o jovem precisa migrar para ajudar na renda familiar ou também trabalhar na lavoura da própria família, “o que significa dizer que o projeto individual de futuro vai ficando cada vez mais distante” (2002, p. 102).

Toda as desigualdades na escolarização desses/as jovens podem levá-los/as a incertezas sobre seus futuros acadêmicos, assim como as pressões, citadas, que a própria família e sociedade descarregam sobre os mesmos. Como defende Maria Cláudia S. L. de Oliveira *et al* (2003, p.17) em artigo que trata sobre a perspectiva de futuro entre os adolescentes:

O contexto sociocultural e institucional media a relação do jovem com o mundo. Em especial, a família pode exercer grande impacto em sua inclinação profissional, guiando suas escolhas na direção daquilo que converge para as crenças e valores familiares. Conciliar as diferentes expectativas familiares acerca de si culminando em escolhas conscientes é uma grande dificuldade para a maior parte dos jovens.

Todos os jovens que querem e se dedicam a conseguir a vaga em uma universidade pública são impostos a passar por um “‘termômetro’ que, com certa margem de erro, mostra desigualdades reais de domínios dos programas exigidos” (PERRENOUD, 1999, apud, BARROS, 2014, p. 1058). Esse “termômetro” revela desigualdades ao considerarmos que todos os jovens que desejam entrar na universidade, sejam eles do ensino público ou privado, passarão pelo mesmo método de avaliação, sendo que a escola privada tende a investir mais na qualidade da educação do que a escola pública que tende a não se importar com a especificidades de aprendizado de cada aluno.

A pedagoga Aparecida da Silva Xavier Barros (2014, p.1084) defende que:

(...) o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual. Muitas instituições públicas de Educação Básica escolarizam as pessoas com insuficiências em aprendizagens fundamentais, como leitura, escrita e matemática, por exemplo. O que em grande parte favorece a eliminação precoce dos estudantes oriundos dos meios menos favorecidos.

Desse modo, o ensino desigual também faz com que os jovens da rede pública de ensino básico tenham medo de realizar a prova do ENEM. Ou seja, eles preferem não realizar o Exame e, conseqüentemente, deixam de lado seu possível ingresso no ensino superior público, como descreve a mesma autora (2014, p. 1066):

Em se tratando de estudantes oriundos da rede pública, a baixa autoestima é vista como um dos maiores causadores da autoexclusão nos vestibulares e no Enem. Os

principais argumentos de muitos adolescentes para justificar a falta de interesse pelos exames é a crença de que não são capazes de conseguir bons resultados ou de competir com alunos de outras escolas.

Pricilla Borges (2011) também descreve que:

Eles não têm segurança no ensino que recebem. Grande parte não estuda o conteúdo que precisa, não tem professores de várias disciplinas ao longo do ano e sofre com a desorganização curricular da escola. É natural que desacreditem na própria capacidade de chegar ao ensino superior”, pontua Mozart Neves Ramos, membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação e do Conselho Nacional de Educação (BORGES, 2011 apud BARROS, 2014, 1066).

Os inúmeros obstáculos que se encontram no caminho, principalmente o financeiro, fazem com que os jovens percam o interesse em seguir a vida acadêmica. A socióloga, Ana Maria Vasconcelos, defende que o problema de acesso ao ensino superior em Brasil incide sobretudo na relação entre jovens de rural-urbana, negros-brancos e a divisão de classes. Segundo a autora, “O difícil acesso ao ensino superior público e a falta de recursos para a frequência em instituições privadas são certamente obstáculos para a continuidade dos estudos entre esses jovens” (2016, p. 127).

Pierre Boudieu e Patrick Champagne (2003) ressaltam que os jovens estudantes das “camadas desfavorecidas” quando conseguem completar a escolaridade tem seu diploma desvalorizado. Conseguir a formação superior para esses jovens, nem que seja em cursos superiores de muito prestígio, não significa que os mesmos terão a “garantia de sucesso social”. A pesquisadora em educação, Maria do Socorro N. M. de Souza (2009, p. 193), defende também que:

Embora não se possa considerar o acesso ao ensino superior per si como indicador de sucesso escolar e, menos ainda, de sucesso profissional, é preciso reconhecer que sem o acesso à formação de nível superior, os jovens das camadas populares terão ainda menos possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de mobilidade social.

Segundo a mesma autora, os cursos de maiores prestígios são ocupados por estudantes da elite, portanto, o que falta no acesso dos jovens à universidade é a democratização das oportunidades sociais: Os estudantes desfavorecidos optam pelos cursos que tenha nota de corte menores para que assim consigam entrar na universidade e poder garantir um futuro promissor. Como afirma Zago (2006, p. 231),

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas

condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação.

E sempre que conseguem a aprovação em um dos cursos eles costumam receber o resultado com surpresa. Ainda em diálogo com a mesma autora (2006, p. 231),

quando a previsão do fracasso não se confirma e o estudante é aprovado no primeiro vestibular, ou mesmo após outras tentativas frustradas, não raro ele duvida de sua capacidade e atribui o resultado obtido à ocorrência de “uma chance”, “uma sorte”. O êxito no vestibular é sempre recebido com surpresa.

No sentido de ter acesso a variadas realidades e compreendê-las na sua dimensão coletiva e individual, a investigação tentará compreender o problema da pesquisa de perto e por vários ângulos (DÉSIRÉE MOTTA-ROTH e GRACIELLA R. HENDGES, 2010). Assim, para realizar a pesquisa, usaremos o método qualitativo, baseado em entrevistas individuais e em grupos focais. Participarão das entrevistas semi-estruturadas individuais e dos grupos focais jovens que estão cursando o último ano do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe, jovens que estão na universidade pública (federal ou estadual), e jovens que estão tentando seu ingresso.

Segundo o pesquisador Ronaldo de Almeida (2016), o grupo focal é a mistura da entrevista mais aprofundada e observação participante. Para ele o grupo focal é uma pesquisa qualitativa que leva a compreensão de determinado tema, com a participação, em uma conversa, de pessoas que se desconhecem, mas compartilham de um mesmo conhecimento. O mediador tem que ficar sempre alerta para com as respostas e sempre mediando conforme o roteiro já antes elaborado com questões centrais e outras secundárias e deve sempre estimular o debate entre os entrevistados para expor suas opiniões de forma objetiva. O importante na discussão nem sempre é o consenso e sim as diferentes visões e modos de pensar, ser e viver o determinado tema.

Os grupos focais com estudantes e egressos do Colégio Estadual de Conceição do Jacuípe terão no máximo 08 participantes. O principal objetivo da realização dos grupos focais será entender quais as perspectivas, os caminhos e os desafios desses jovens para entrar como estudante das universidades públicas. Assim, poderemos fazer comparações e certificar se eles compartilham dos mesmos obstáculos, quais são, e como cada um faz para vencê-los.

A entrevista semi-estruturada, segundo Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005), consiste em perguntas abertas e fechadas, possibilitando que o pesquisado possa falar de maneira mais ampla, essa entrevista se aproxima mais de uma conversa informal. As vantagens

desse tipo de entrevista é a possibilidade que o entrevistador tem em conseguir dados mais profundos, pois durante a entrevista o entrevistador ficará direcionando a resposta para dentro do assunto proposto.

A escolha do grupo focal e da entrevista semi-estruturada individual consiste na obtenção do máximo de informações possíveis sobre o problema aqui pesquisado. De certo, o grupo focal poderá despertar memórias de alguns a partir da fala de outros, também poderá ajudar o participante a falar sobre questões pessoais que ele não falou durante a entrevista semi-estruturada individual. Por outro lado, na entrevista individual o participante poderá se sentir mais à vontade para tratar de assuntos mais pessoais. Sendo assim, usar esses dois métodos ajudará na compreensão do problema aqui pesquisado. Além das entrevistas e grupos focais, será realizada a ampliação do levantamento bibliográfico, com uma seleção mais aprofundada dos/as autores/as que dialogam com o tema central desse projeto.

## 5 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODO LETIVO					
	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
<b>Aulas Presenciais</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Revisão bibliográfica referente à temática de estudo</b>	X	X	X	X		
<b>Leitura e compreensão do referencial teórico</b>			X	X	X	X
<b>Construção dos Instrumentos para coleta de dados</b>	X	X	X			
<b>Trabalho de campo e coleta de dados</b>				X	X	X
<b>Análise e interpretação dos dados coletados</b>				X	X	X
<b>Estruturação da Monografia</b>					X	X
<b>Confecção da Monografia</b>					X	X
<b>Defesa da Monografia</b>						X

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, V. “Um aluno entre a escola pública e a particular”. Disponível em <<http://porvir.org/um-aluno-entre-escola-publica/>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

ALMEIDA, R. de. 2016. “Roteiro para o emprego de grupos focais”. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.

ANTUNES, C. C.; SILVA, J. M. B.; LOPES, C. M.; CORDEIRO, A. A. A. (2017), “A despreparação dos alunos de escolas públicas perante o ENEM”. Disponível em <[https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_48\\_1491425992.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_48_1491425992.pdf)> acessado em 05 de fevereiro de 2019.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. 2010. Disponível em: Fonte: <[http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2908507\\_NOTA.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2908507_NOTA.pdf)>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

BARROS, A. S. X. “Vestibular e Enem: um debate contemporâneo”. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n85/v22n85a09.pdf>> acessado em 05 de fevereiro de 2019.

BENTO, A. A. ; JUSTINO, E. R. ; OLIVEIRA, F. P. ; MENDES, J. . Políticas de Cotas Raciais: conceitos e perspectivas. Ensaio Pedagógicos” (Curitiba) , v. 12, p. 64, 2016.  
BONI, V.; QUARESMA, S. J. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.” *Rev Eletr Pós-graduados Sociol Polit* [on-line]. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>> acessado em 24 de fevereiro de 2019.

BRASIL ESCOLA. Cotas raciais. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>>. acessado em 28 de fevereiro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=inscricao>> acessado em 16 de fevereiro de 2019

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.servicos.gov.br/servico/obter-bolsa-de-estudo-do-prouni?campaign=destaque>> acessado em 16 de fevereiro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/10/enem-a-segunda-maior-prova-de-acesso-ao-ensino-superior-do-mundo.>> Acesso em 5 de maio de 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-jacuipe/pesquisa/23/25888?detalhes=true>>. acessado em 03 de fevereiro de 2019.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>> acessado em 04 de fevereiro de

2019.

CASTRO, C. M. “Educação superior e equidade: inocente ou culpada?” *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação, Rio de Janeiro*, v. 9, n. 30, p. 110-120, 2001

COULON, A. “O ofício de estudante: a entrada na vida universitária.” *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

HAGUETTE, A., PESSOA, M. K. M. and VIDAL, E. M. “Dez escolas, dois padrões de qualidade. Uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará”. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]*. 2016, vol.24, n.92, pp.609-636. [viewed 22th August 2016]. ISSN 0104-4036. DOI: 10.1590/S0104-40362016000300005. Available from: <http://ref.scielo.org/wrkd6q>.

HERINGER, R. R. ; FERREIRA, R. “Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008”. *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil / Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, v.1, p. 1-292.

LADEIRA, M. R. A.; SILVA, H. M. G. da. “(Des)caminhos do sistema brasileiro de cotas universitarias”. *Temporalis (brasília)*, v. 18, p. 220-243, 2018.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F.; RODRIGUES, M.S.. “Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio”. *Educação e Realidade*, v. 41, p. 117-133, 2016.

LESME, A. "Cotas raciais"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

MATTOS, W. R. de; MACEDO, K. A. S. de; MATTOS, I. G. de. “10 anos de ações afirmativas na uneb: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009 ”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 83-99, out. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/190>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

MELO, A. D. D. ; LIRA, D. A. N. . “A educação e os desníveis entre as populações urbanas e rurais”. Rio Grande do Norte, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).  
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Série Estratégias de ensino. n. 20, 167pp.

OLIVEIRA, M. C. S. L., Pinto, R. G., & Souza, A. S. (2003). “Perspectivas de futuro entre adolescentes: Universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta”. *Temas em Psicologia*, 11(1), 16-27.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. A tabela com os Principais dados do Brasil no Education at a Glance 2015 apresenta um resumo dos dados para o Brasil e a média OCDE. Disponível em <<http://docplayer.com.br/15946304->

A-tabela-com-os-principais-dados-do-brasil-no-education-at-a-glance-2015-apresenta-um-resumo-dos-dados-para-o-brasil-e-a-media-ocde.html>. Acesso em 12 de maio de 2018.

PAIS, J. M. “Jovens e cidadania”. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 49, 2005, pp. 53-70. Disponível em: < <https://sistemas.tjam.jus.br/coij/wp-content/uploads/2014/06/JovensECidadania.pdf>> acessado em: 12 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. “A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse”. *Saude soc.* vol.18 no.3 São Paulo jul./set. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902009000300003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902009000300003&lng=pt&tlng=pt) acessado em 13 de fevereiro de 2019.

PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. “A origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem”. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, mai. 2012. p. 239-252.

PICANÇO, F.. "Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o objetivo das políticas de ação afirmativa." *Latin American Research Review* 51, no. 1 (2016): 109-131. <https://muse.jhu.edu/> (acessado em 13 de fevereiro de 2019).

PIMENTEL, C. R. C. ; FREITAS, A. G. B. de. “Ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação.” *IX seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012.*

QUEIROZ, D. M. “O negro e a universidade brasileira”. *HAOL*, Núm. 3 (Invierno, 2004), 73-82.

SILVA, V. “Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência”. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 97-115. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SOUSA, F. M. N. “Linguagens escolares e reprodução do preconceito”. *Educação anti racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*, Brasília - DF, v. 1, p. 105-120, 2005. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143283> acessado em 25 de fevereiro de 2019.

SOUZA, M. S. N. M. “Do Seringal à Universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior público no Acre”. *In: I Encontro Nacional sobre Sucesso e Longevidade Escolar em Meios Populares*, 2009, Belo Horizonte. Relatório do I Seminário Nacional sobre Sucesso e Longevidade Escolar em Meios Populares, 2009.

VASCONCELOS, A. M. N. “JUVENTUDE E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL”. *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]*. – Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. 311 p. : gráfs. color.

VASCONCELOS, S. D.; SILVA, E. G. da. “Acesso á universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da concepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo”. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 453-468, out./dez. 2005.

WESCHENFELDER, V.I., SILVA, M.L. da (2018), “A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo”. *Análise Social*, 227, liii (2.º), pp. 308-330.

ZAGO, N.” Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares”. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. “Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas.” *PERSPECTIVA, Florianópolis*, v. 26, n. 2, 149-174, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. “Migração rural-urbana, juventude e ensino superior.” *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.